

21 A 25 DE AGOSTO

RELATÓRIO SEMANAL

As informações contidas nessa publicação são produzidas com **exclusividade para o nosso associado**

Valorize o seu conteúdo!
Evite a distribuição indevida ao público externo.

SUMÁRIO

CLIQUE NO NÚMERO DA PÁGINA PARA SER REDIRECIONADO À SEÇÃO!

03

Conselho de Administração da Abraceel aprova revisão em ações de 2023

06

Abraceel disponibiliza parecer jurídico sobre LGPD e defesa da concorrência no setor elétrico

08

Deputado federal Júlio Lopes vai ao Fase e pede consenso setorial para avanço do PL 414/2021

11

Gasoduto Subida da Serra: Grupo Técnico questiona detalhes da proposta de acordo entre ANP e Arsesp

15

Mercado quer mais espaço para melhorar regras do mercado regulado de carbono

18

Abraceel na Mídia

19

Curtas

27

E o Congresso?

29

Próxima Semana

Conselho de Administração da Abraceel aprova revisão em ações de 2023

Matéria em 1 minuto:

- Ações para acompanhar o andamento do “período sombra” de monitoramento ficam prejudicadas pela demora no início dos testes;
- Como eventuais mudanças nas garantias financeiras só serão discutidas após os resultados dos testes do monitoramento, conforme sinalizado pela Aneel, fica comprometida a contratação de estudo sobre o tema;
- Diretoria Executiva aponta que depende de evoluções do PL 414/2021 ou outro PL para poder justificar e contribuir tecnicamente no sentido de evitar a obrigatoriedade do preço por oferta.



Em reunião do Conselho de Administração realizada no dia 18.08, em Goiânia, na sede do Grupo BC Energia, os conselheiros aprovaram a revisão do plano de ação das metas de 2023. As sugestões de revisão foram propostas pela Diretoria Executiva em análise que considerou o estágio de evolução de pautas da agenda do mercado de energia que dependem da decisão das instituições da governança setorial. A revisão envolveu postergação ou alteração de iniciativas do plano de ação, idealizado no início do ano para cumprir as metas definidas no Planejamento Estratégico da Associação.

Revisão das metas da Abraceel

Na bandeira que busca avançar na abertura e no crescimento do mercado livre não houve proposta de revisão. A única meta ainda não iniciada dependente da ação da governança setorial, que

trata do aperfeiçoamento da comercialização varejista, promete ganhar celeridade a partir de agora já que a Aneel divulgou nota técnica para abertura de consulta pública no dia 29.08.

Na bandeira sobre segurança e sustentabilidade do mercado, duas metas estão diretamente conectadas à evolução da proposta de monitoramento da alavancagem. O início dos testes conhecidos como “período sombra” depende da publicação, pela Aneel, do relatório conclusivo da consulta pública, de forma que seja possível iniciar os testes. A Diretoria Executiva explicou que a Aneel indicou que a conclusão da CP está sendo finalizada, o que faria com que o período sombra começasse três meses após a publicação da Resolução, logo, motivando revisão de ações planejadas no início do ano sobre monitoramento da alavancagem e aprimoramento de garantias financeiras – neste tema, a Abraceel tinha previsto a contratação de um estudo para refinar a metodologia. Vale observar que o resultado do monitoramento foi pautado na próxima reunião de diretoria da Aneel.

Na bandeira que visa conduzir ações para aprimorar os modelos de formação de preços, a indefinição em torno da tramitação do PL 414/2021, ou de outro projeto de lei que venha a substituí-lo, causa indefinição para que a Abraceel atue para defender o sistema de preço por modelo, evitando a obrigatoriedade do sistema de preço por oferta. Na mesma bandeira, o Conselho de Administração deliberou que a Abraceel realize análises periódicas dos números do Match da Energia e, quando for o caso, proponha aos conselheiros propostas específicas de divulgação, mostrando os objetivos pretendidos, caso a caso.

Quanto à bandeira para buscar a eficiência e a inovação do mercado, não houve propostas de revisão das metas e ações planejadas no início do ano.

Outros assuntos

Em seguida, os conselheiros foram informados sobre as atividades realizadas para o cumprimento das metas estipuladas em cada bandeira. Houve também debates sobre as propostas de mudanças na governança da CCEE e sobre custos de contratos legados com a abertura do mercado.

Por fim, Rodrigo Ferreira, Presidente-Executivo da Abraceel, alinhou com os conselheiros a forma de participação da Abraceel em evento que será promovido pelo Tribunal de Contas da União (TCU) para debater a renovação das concessões das distribuidoras, e reportou as ações que a Associação vem conduzindo referentes à proposta de reforma tributária que tramita no Congresso Nacional, destacando debate que será realizado com advogados tributaristas no dia 29.08 e reunião do Grupo Técnico no dia 01.09.

A Diretoria Executiva, por fim, atualizou os conselheiros sobre o andamento de alguns eventos e atividades, como a missão internacional da Abraceel para o Texas, entre 25 a 29.09, que já conta com 35 participantes; Planejamento Estratégico, nos dias 26 e 27.10, no B Hotel, em Brasília; constituição da Associação Iberoamericana de Comercialização de Energia (AICE), dias 23 e 24.08 em Cartagena, Colômbia; e celebração dos 25 anos de fundação da Tradenner e do mercado livre de energia no dia 26.08, em Curitiba.

Abraceel disponibiliza parecer jurídico sobre LGPD e defesa da concorrência no setor elétrico

Matéria em 1 minuto:

- Elaborado pela consultoria jurídica da Associação, Julião Coelho, parecer examina leis que versam sobre informações de consumidores mantidas pelas distribuidoras de energia e o impacto nos processos de migração ao ambiente livre;
- Análise aponta que a utilização de dados dos consumidores sem o consentimento dos mesmos, para obtenção de vantagem no mercado, pode configurar prática de infração à ordem econômica;
- A Abraceel solicita que as associadas, diante de casos que confrontem a legislação, tomem as providências cabíveis para denúncia dos problemas às empresas envolvidas e à Ouvidoria da Aneel.

A Abraceel vem buscando aperfeiçoar o processo de migração de consumidores para o mercado livre e, para isso, está estruturando ações para identificação dos principais obstáculos desse processo com o objetivo de propor ações de melhoria, seja para a Aneel, CCEE, distribuidoras e para as próprias comercializadoras. Parte desse processo é o esclarecimento para os nossos associados sobre temas regulatórios e legais que envolvem a migração de consumidores.

Nesse contexto, o esclarecimento sobre a legislação existente no Brasil para armazenamento e utilização dos dados de consumidores é muito importante, fazendo parte do Planejamento Estratégico da entidade a defesa da implantação do conceito de *open energy*, já amplamente discutido em nossos fóruns de debate.

Buscando contribuir para o esclarecimento dos associados e para o desenvolvimento do mercado de energia, a Abraceel solicitou parecer para a consultoria jurídica da Associação, o escritório Julião Coelho, sobre a adequação e aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e de princípios voltados à proteção do direito à privacidade e à livre concorrência na manipulação de dados de consumidores, especialmente no que diz respeito a informações mantidas pelas distribuidoras de energia e os processos de migração do ambiente regulado para o livre.

O parecer esclarece pontos fundamentais da LGPD, inclusive sua perfeita aplicação para casos envolvendo pessoas jurídicas (consumidores da alta tensão, por exemplo) e as sanções e penalidades previstas para o uso indevido dessas informações por empresas do mesmo grupo econômico daquela que detém autorização para armazenar e manipular os dados.

O parecer também aponta que a utilização de dados dos consumidores sem o consentimento dos mesmos, para obtenção de vantagem no mercado, pode configurar prática de infração à ordem econômica, nos termos da Lei 12.529/2011, também com multas e penalidades para os envolvidos.

Por fim, tendo todos os associados amplo conhecimento da legislação vigente, a Abraceel reitera a importância para que, ao identificar ações que confrontam a legislação, tomem as providências cabíveis para denúncia junto às empresas envolvidas e ouvidoria da Aneel.

Confira o documento no [site](#) da Abraceel.

Deputado federal Júlio Lopes vai ao Fase e pede consenso setorial para avanço do PL 414/2021

Matéria em 1 minuto:

- Público recorde no colegiado ouviu proposta do parlamentar para possibilitar a instauração da comissão especial do PL 414/2021;
- A partir das provocações do parlamentar, Fase busca aumentar adesão a posicionamento em defesa do início dos trabalhos da comissão especial, com foco em reverter visão de associações contrárias;
- Abraceel ressaltou o papel de liderança do deputado federal Júlio Lopes, apontou o mercado livre como alavanca para a transição energética e pediu freio em reservas de mercado e subsídios.

A última reunião do Fórum de Associações do Setor Elétrico (Fase), realizada dia 23.08, teve participação recorde de 64 pessoas para ouvir as avaliações e debater propostas com o deputado federal Júlio Lopes, que pediu consenso setorial maior entre as lideranças das instituições de classe para que seja possível dar um “encaminhamento político” e colocar em funcionamento a comissão especial criada para deliberar o PL 414/2021, freando o risco de cancelamento prematuro desse colegiado.



juliolopes_rio



Vale lembrar que a Presidência da Câmara dos Deputados autorizou no dia 08.07 a criação da referida comissão especial, restando que os líderes partidários indiquem os membros dos partidos para esse colegiado, além da instalação da comissão, com eleição do presidente e designação do relator.

No entanto, nas últimas semanas, segundo o deputado federal Júlio Lopes, passou a existir a possibilidade de cancelamento precoce da comissão especial recém-criada devido a discordâncias de associações de classe que atuam no setor. Segundo o parlamentar, as associações estariam buscando influenciar lideranças parlamentares com interlocução direta com o Presidente da Câmara, afirmando que o PL 414/2021 não é consenso no setor elétrico.

Júlio Lopes ressaltou que é preciso haver alinhamento prévio dentro do setor elétrico para que esse tema avance na Câmara dos Deputados e frisou que é mais seguro que a discussão em torno da reforma regulatória do setor elétrico ocorra nessa comissão especial, independentemente se ele chegar a ser indicado para ocupar algum cargo de liderança, como presidente ou relator.



Lopes disse que a alternativa a esse caminho é o governo federal produzir e enviar ao Congresso Nacional um projeto de lei próprio, com rito próprio e mais demorado, exercendo pressão para fazer prevalecer as posições do Poder Executivo e descartando anos de discussões e consensos construídos.

O deputado federal classificou como “muito competente” o trabalho conduzido pelo ex-relator Fernando Filho e disse que, mesmo que não venha a ser presidente ou relator do PL, quer ter papel relevante na construção de consensos entre os agentes do setor para a aprovação da modernização do modelo do setor elétrico.

Busca por apoio mais amplo segue em negociação na semana

O Presidente do Fase, Mário Menel, fez um apelo para que as associações considerassem a posição anterior e assinassem a carta de apoio à instauração célere da comissão especial do PL 414/2021, com o efetivo início dos trabalhos, mediante comprometimento de que os temas que geram discordâncias serão tratados diligentemente na comissão.

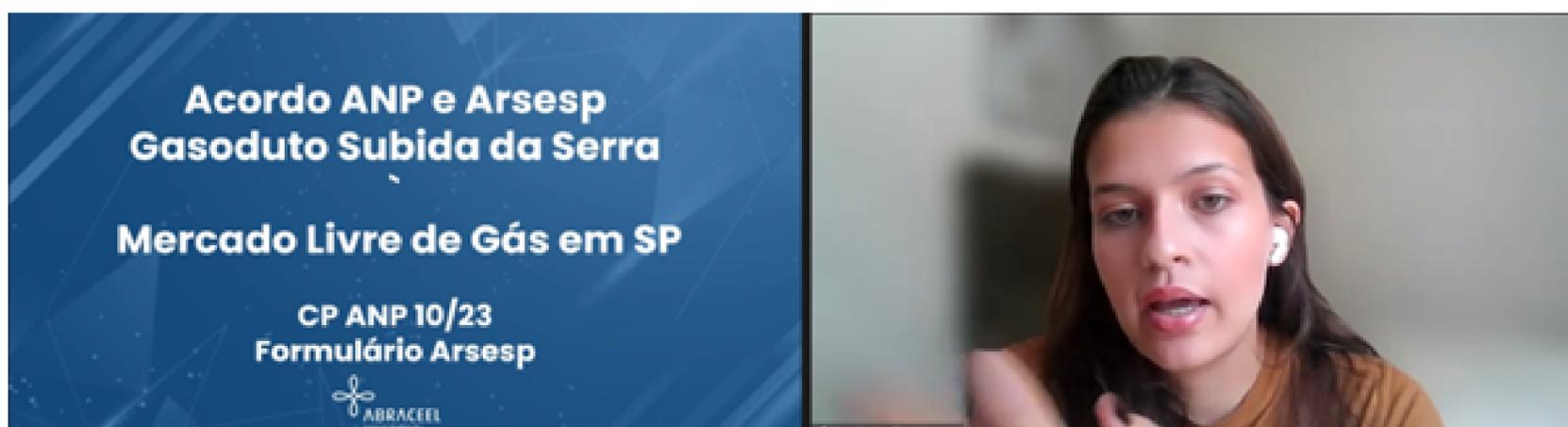
Rodrigo Ferreira, Presidente-Executivo da Abraceel e Vice-Presidente do Fase, reforçou a importância da modernização do modelo setorial para dar sustentabilidade financeira para o mercado de energia elétrica e explicou o quanto o mercado livre é um modelo de negócios essencial para o Brasil ser bem-sucedido na transição energética. Após agradecer e enaltecer a liderança do deputado federal Júlio Lopes, Rodrigo Ferreira pediu esforços para avançar com o PL 414/2021 e frear o crescimento das reservas de mercado e subsídios.

Gasoduto Subida da Serra: Grupo Técnico questiona detalhes da proposta de acordo entre ANP e Arsesp

Matéria em 1 minuto:

- Participantes de reunião organizada pela Abraceel pedem mais detalhes e análises da proposta, em especial na forma de operacionalizar as normas sugeridas no acordo entre as agências reguladoras federal e paulista;
- Abraceel solicitará reunião com a ANP para entender como será a operacionalização do acordo e contribuirá pedindo a elaboração de Análise de Impacto Regulatório (AIR) com análise mais detalhada das alternativas existentes;
- As minutas de contribuições à CP ANP 10/23, que trata sobre o acordo do Gasoduto Subida da Serra, e ao formulário da Arsesp, que versa sobre a regulamentação do mercado livre de gás em SP, serão encaminhadas em breve ao GT.

No dia 22.08, o Grupo Técnico da Abraceel se reuniu para discutir a participação da Associação na Consulta Pública ANP 10/2023, que objetiva colher contribuições sobre o teor da minuta de acordo entre a ANP e a Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo (Arsesp) para estabelecer condições para que o Gasoduto Subida da Serra possa operar de acordo com as legislações federal e estadual. Também foi discutida na reunião a contribuição da Abraceel, via formulário, à tomada de subsídios da Arsesp sobre a regulamentação do mercado livre de gás canalizado em São Paulo.

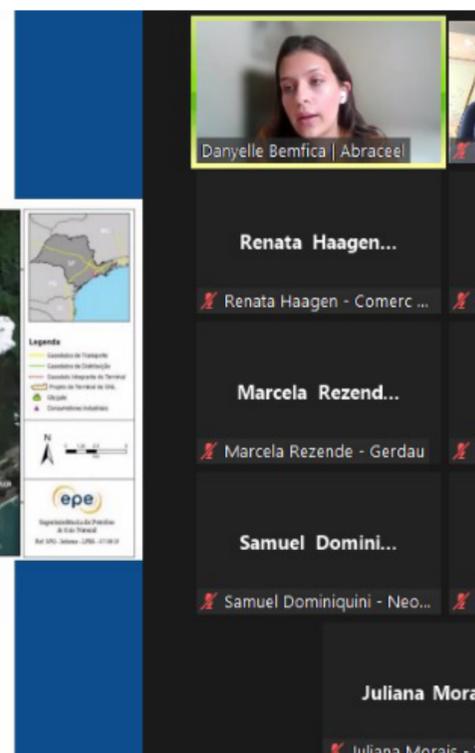
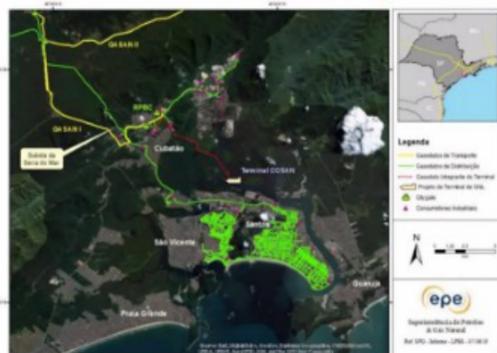


Discussão da caracterização do Gasoduto Subida da Serra começa em 2019

A Abraceel iniciou a reunião apresentando os fatos mais relevantes em torno do Gasoduto Subida da Serra. Em 2019, a Arsesp aprovou esse projeto e, em 2021, a Superintendência de Infraestrutura e Movimentação (SIM) da ANP concluiu que o projeto se tratava de um gasoduto de transporte, à luz da legislação vigente na época, a Lei 11.909/2009.

Histórico: Gasoduto Subida da Serra

- Em 2019, a Arsesp aprovou no âmbito da 4ª Revisão Tarifária Ordinária da Comgás o projeto do Gasoduto Subida da Serra;
- O Gasoduto tem extensão de 31,5 km, traçado entre a Baixada Santista e São Paulo;
- Por meio das NTs 2/21 e 5/21, a SIM/ANP concluiu que o projeto Subida da Serra constitui atividade típica de transporte de gás natural e, portanto, monopólio da União, conferindo à ANP a atribuição de regular e fiscalizar a atividade.
- Em 22/09/21 a Diretoria Colegiada da ANP deliberou em linha com o entendimento da SIM, que o Gasoduto Subida da Serra se enquadrava na classificação de Gasoduto de Transporte (Resolução de Diretoria 533/21).



Segundo a lei, o gasoduto de transporte era definido como aquele que realiza movimentação de gás natural desde instalações de processamento, estocagem ou outros gasodutos de transporte até instalações de estocagem, outros gasodutos de transporte e pontos de entrega a concessionários estaduais de distribuição de gás natural.

A chamada nova lei do gás, a Lei 14.134/20, posteriormente definiu que o gasoduto de transporte é um duto, integrante ou não de um sistema de transporte de gás natural, destinado à movimentação de gás natural ou à conexão de fontes de suprimento, conforme os critérios estabelecidos na mesma lei.

O fundamento legal que levou a SIM da ANP a classificar essa infraestrutura como gasoduto de transporte é que ele teria finalidade de movimentação de gás desde instalações de processamento até pontos de entrega da concessionária estadual.

Uma vez que seja possível garantir as seguintes condicionantes, na visão da ANP, pode-se viabilizar a operação do referido gasoduto, sem que ocorra a violação do monopólio da União:

- 1) Não poderá haver conexão do gasoduto com fontes primárias de suprimento, incluindo unidades de processamento ou posteriores novos projetos de terminais de regaseificação de GNL, com exceção do Terminal de Regaseificação de São Paulo (TRSP).
- 2) Gasoduto deve ter finalidade exclusiva de entrega de gás ao consumidor final e não a outras concessionárias, dentro ou fora do Estado de São Paulo, ou para instalações de transporte.
- 3) Não deve ocorrer conexão ao gasoduto da UPGN da Rota 4 do Pré-Sal da Bacia de Santos, caso esta unidade venha a ser construída.
- 4) A Arsesp deve editar ato normativo de sua competência, bem como revisar os documentos existentes, em linha com as condicionantes acima, em até 60 dias da publicação do acordo no DOU.

Proposta da ANP

Na minuta do acordo, a ANP propõe que parte do volume proveniente do TRSP seja absorvido pelo mercado atendido diretamente pela Comgás até o volume já contratado. Assim, o volume adicional seria destinado ao transporte e, portanto, a ele seria aplicada uma tarifa devido à utilização desse serviço.

Para tornar possível a proposta, deve haver interligação do TRSP ao sistema de transporte. As opções para efetivar a entrega ao sistema de transporte são diversas, a depender das configurações estudadas pelos transportadores.

Visão do GT

As empresas associadas ponderaram que a proposta apresentada pela ANP requer maior detalhamento, em especial sobre a sua operacionalização, havendo necessidade de uma análise de impacto regulatório (AIR) analisando todas as possibilidades de acordo, bem como os custos que resultarão aos consumidores de gás natural.

Alternativamente, caso não haja tempo hábil para a ANP realizar AIR sobre o tema, a Abraceel solicitará que seja esclarecido como será a operacionalização do acordo, tais como, como será a conexão ao transporte, custos envolvidos na proposta, valor exato do atendimento do TRSP ao mercado da Comgás e como será o controle de vazão do TRSP.

A Abraceel prepara minuta de contribuição com os principais pontos discutidos na reunião do Grupo Técnico e irá solicitar reunião com a ANP para entender como será a operacionalização da proposta de acordo.

Mercado livre de gás em São Paulo

Após a discussão sobre o acordo envolvendo o Gasoduto Subida da Serra, a Abraceel apresentou as perguntas do formulário referente à Tomada de Subsídios da Arsesp sobre a regulamentação do mercado livre de gás natural no estado de São Paulo.

A contribuição da Abraceel ao formulário seguirá o posicionamento histórico da Associação sobre os temas relacionados ao mercado livre de gás natural, enfatizando que o processo de autorização e fiscalização da atividade de comercialização é competência da União, cabendo à ANP a responsabilidade por tais serviços.

Além disso, a Abraceel mostrará posição favorável à figura do consumidor parcialmente livre e redução de prazo para retorno do usuário livre ao mercado cativo, se for do seu interesse e a distribuidora tiver disponibilidade de gás para esse atendimento repentino.

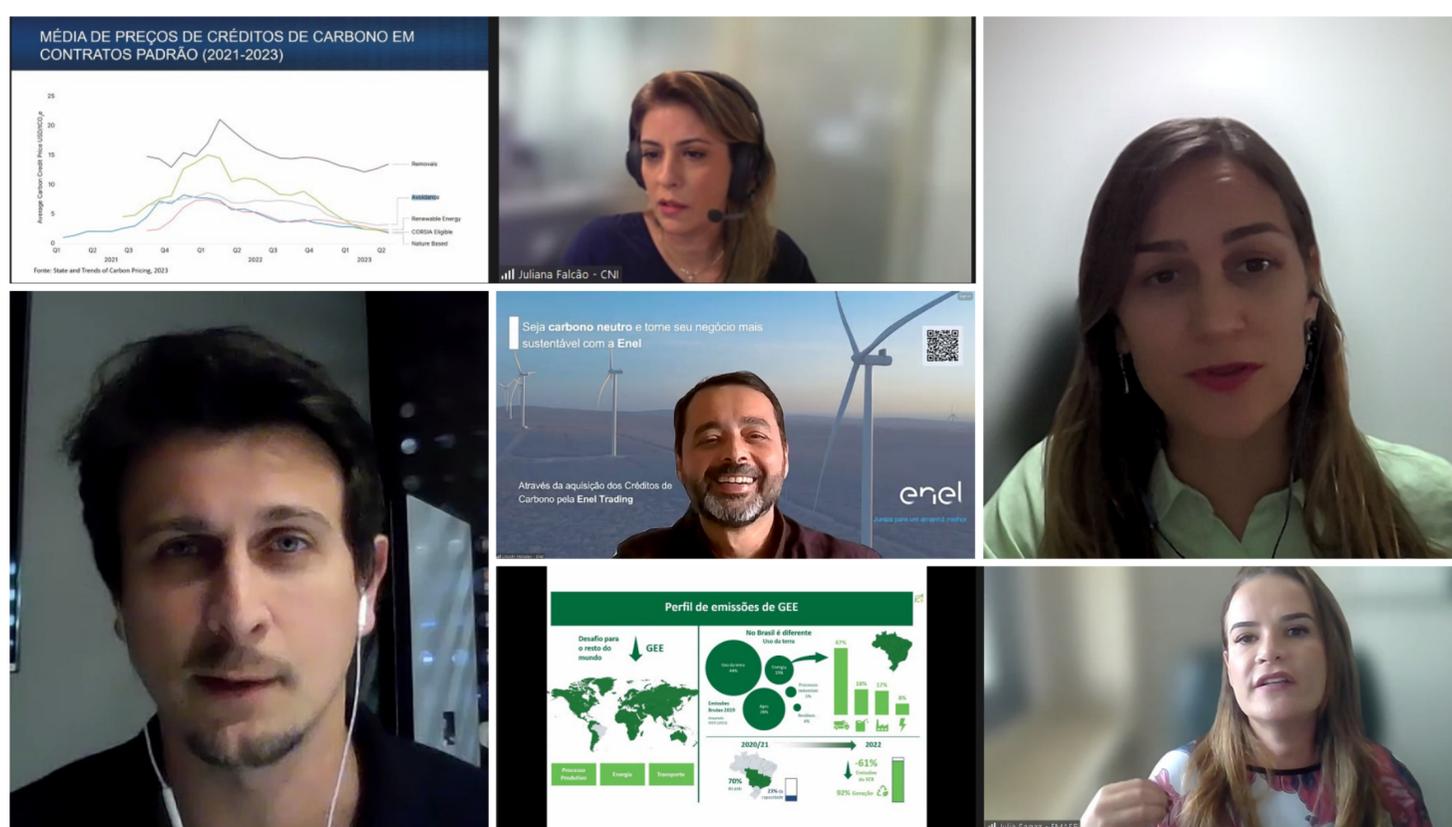
O período de contribuição para o formulário em questão foi postergado para o dia 12.09. Nos próximos dias, será encaminhada minuta de contribuição para o envio de sugestões adicionais pelas associadas.

A apresentação realizada na reunião pode ser lida na área restrita do [site](#) da Abraceel, aba de “Apresentações Exclusivas”.

Mercado quer mais espaço para melhorar regras do mercado regulado de carbono

Matéria em 1 minuto:

- Em workshop inédito e exclusivo promovido pela Abraceel, especialistas que lideram as discussões para normatização do mercado regulado de carbono indicam aperfeiçoamentos no PL 412/2022;
- Proposta pelo Executivo, atual versão do projeto de lei tem qualidade, mas pode melhorar para permitir mais participação do mercado e aprimorar relação entre os mercados regulado e voluntário, provendo razoabilidade na aplicação de infrações, penalidades, tributação e metas;
- Especialistas também abordam oportunidades para os comercializadores e sugerem que Abraceel siga atuando na difusão de informações e contribua na construção de convencimento para o desenvolvimento do mercado regulado de carbono.



Depois de muitas idas e vindas, a legislação que normatizará o funcionamento do mercado de carbono regulado no Brasil pode enfim ser aprovada e o PL 412/2022 é o que parece estar mais bem posicionado para cumprir essa tarefa. Isso não significa, porém, que ainda não haja trabalho a fazer, pois os representantes de segmentos produtivos importantes que estão envolvidos na discussão parlamentar, como indústria e energia elétrica, querem aprimoramentos em temas relacionados à governança, relação com o mercado voluntário, infrações e penalidades, tributação e definição mais precisa de alguns conceitos.

Essa visão foi transmitida para pouco mais de 200 profissionais que participaram da segunda parte de um workshop idealizado

com exclusividade pela Abraceel para dissecar as oportunidades desde mercado global que, no Brasil, ainda engatinha, requer celeridade na regulamentação e abre oportunidades de transações e negócios, principalmente em cenário de preços de energia elétrica estagnados no piso histórico.

Enquanto a [primeira sessão](#) realizada no dia 10.08 analisou oportunidades de negócios atuais, a segunda parte dissecou os passos necessários das autoridades governamentais e políticas para a construção do mercado regulado brasileiro.

Juliana Falcão, gerente da CNI e coordenadora da Rede Clima da Indústria, explicou o histórico de discussão em torno da aprovação de um marco legal para o mercado de carbono regulado e analisou o escopo da versão atual do PL 414/2022, cujo substitutivo foi apresentado pela Senadora Leila Barros nessa semana. Ela ressaltou o atraso do país nessa questão e pontuou que, depois de muitos avanços e retrocessos, há boa perspectiva para concluir essa tarefa, oferecendo assim um ambiente complementar ao mercado voluntário, já em funcionamento. Juliana ressaltou que o mercado regulado vem crescendo globalmente e que surgem cada vez mais iniciativas para aumentar a padronização e integridade dos créditos transacionados.

A apresentação da executiva da CNI foi seguida por avaliações de debatedores. Viviane Romeiro, Diretora de Clima, Energia e Finanças do Centro Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (Cebds), apontou ser muito satisfatório ver que essa agenda amadureceu entre setores importantes como indústria e energia e também alertou para as melhorias que são possíveis no PL 412/2022. Provocada sobre não existirem limites de “offsets”, que são unidades de medidas que indicam a redução, remoção ou compensação de emissões de gases que geram o efeito estufa, Viviane considera que ter alguma régua é importante para estimular os setores a internalizar as tecnologias de baixo carbono em seus sistemas. Ela ainda defendeu isenções de impostos possíveis, caracterizada como estratégica para impulsionar esse mercado.

Já Julia Sagaz, Diretora Socioambiental da Abiape e coordenadora dessas discussões no Fórum de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Setor Elétrico (Fmase), também apontou a necessidade de aprimorar o texto do PL 412 no que tange à governança e à

razoabilidade das infrações e da tributação. Para ela, os setores produtivos precisam participar do processo para evitar exagero nas metas. “O setor elétrico tem emissões de 3% e, por mais que trabalhe para limpar ainda mais a matriz, não vai contribuir como outros setores que emitem mais. As metas não podem extrapolar nossa quantidade de emissões e nossa capacidade de redução de emissões”, disse.

Abraceel deve atuar na difusão de conhecimento para apoiar a construção da regulação

Lincoln Morales, Head of Sustainability Planning and Stakeholder Engagement da Enel, abordou que todos os setores têm que estar contemplados de alguma maneira na discussão de carbono, além de expor concordância com a possibilidade de compensação com os créditos voluntários. Enquanto comercializadora de energia, ele apontou que percebe um crescimento de clientes interessados em conhecer e fazer parte do mercado de carbono e acredita que a Abraceel entra nas discussões para difundir conhecimento a fim de apoiar a regulamentação.

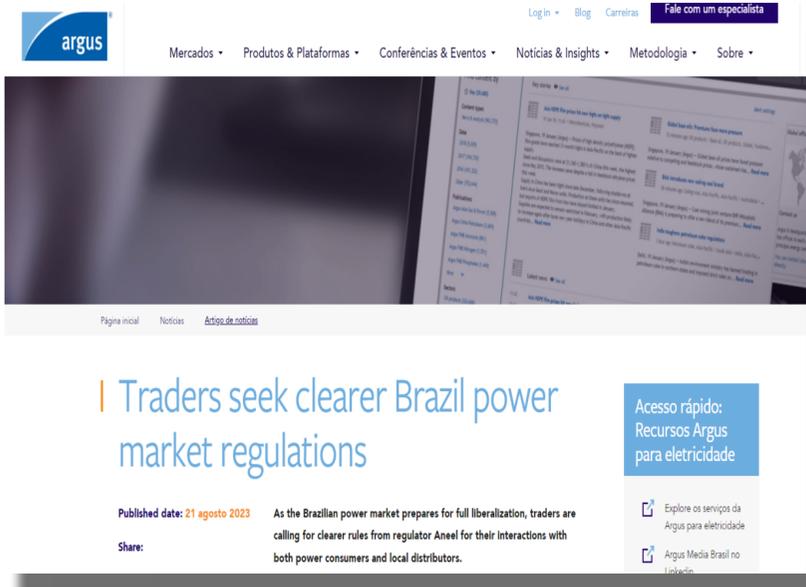
Artur Teixeira, Diretor de Trading, Gestoras e Atacado da 2W Eco-bank, analisou o cenário nos países da Europa e as diversas oportunidades de negócios que surgiram naquele mercado de carbono continental. “O mercado de carbono europeu gira volume superior a 900 bilhões de euros, é muito maior, por exemplo, que o mercado de energia elétrica no Brasil”, ponderou. Ele enfatizou que as comercializadoras no Brasil terão muitas oportunidades quando houver uma regulamentação firme, salientou a importância do provedor de liquidez no mercado e defendeu que a Abraceel defenda a padronização da venda desse ativo.

Por fim, a CNI esclareceu que as informações que ela possui sobre o andamento do PL 412/2022 no Senado Federal é de que a senadora Leila Barros tem pressa e quer colocar o tema para discussão na próxima semana, mas enfatizou que esse prazo pode ser alterado. Viviane Romeiro, do Cebds, concordou e informou que, no Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável, o Conselhão, há convergência em torno da proposta. Existem diversas possibilidades para avanço da matéria e expectativa de que a discussão avance rapidamente nesse segundo semestre.

As apresentações realizadas durante os dois dias de workshop podem ser acessadas na área restrita do [site](#) da Abraceel.



ABRACEEL NA MÍDIA



Traders seek clearer Brazil power market regulations

Fonte: Argus Media

[Acesse aqui](#)



BC Energia vê aumento na base de clientes com a alta tensão no ACL

Fonte: Canal Energia

[Acesse aqui](#)

CURTAS

Aneel pauta varejista e monitoramento

Estão na pauta da próxima reunião pública de diretoria da Aneel, que será realizada no dia 29.08, a (i) proposta de abertura de consulta pública para tratar dos aperfeiçoamentos na regulamentação da comercialização varejista; e (ii) resultado da CP Aneel 11/2022, que trata do aprimoramento do processo de monitoramento do mercado. A nota técnica de conclusão da CP Aneel 11/2022 ainda não foi publicada, já a nota técnica que sugere abertura de CP para aprimorar a comercialização varejista está disponível e traz importantes assuntos a serem tratados pelo mercado. Segundo o documento, já há 5.301 processos de migração em curso para 2024, sendo 2.195 migrações previstas para janeiro. Na nota técnica, a Aneel propõe reduzir o prazo da CCEE para julgar processos de desligamento por inadimplência de consumidores varejistas de 60 para 30 dias, enquanto as distribuidoras teriam 10 dias para realizar a suspensão do fornecimento. O documento também enfatiza a necessidade de contrato padrão varejista, trazendo como anexo uma minuta do documento. Complementarmente, a área técnica da Aneel sugere que a CCEE seja responsável pela centralização da migração dos consumidores ao mercado livre e a agregadora de medição, realizando a gestão dos dados de medição dos consumidores varejistas, alocando os dados do ativo de consumo a cada agente varejista e fazendo a contabilização única. Um resumo das propostas deliberadas pela Aneel estará disponível no nosso próximo relatório. A [nota técnica do varejista](#) pode ser lida na aba “Contribuições e notas técnicas” do site da Abraceel, que organizará reuniões do Grupo Técnico para debater o assunto. Além disso, a Associação participará presencialmente da reunião pública da diretoria da Aneel que deliberará os temas, prevista para iniciar às 9h da próxima terça-feira.

Governança da CCEE: Câmara estende prazo e Abraceel finaliza contribuição

A Abraceel enviou aos associados versão final de sua contribuição à proposta de governança da CCEE, que será enviada à Câmara e ao MME no dia 31.08, novo prazo para envio de sugestões pelos agentes. A Associação parabenizou a iniciativa em promover a discussão para fortalecer a instituição e o setor elétrico brasileiro.

Entre os destaques, a Abraceel defende que a competência de deliberar sobre a aprovação do orçamento da CCEE permaneça na Assembleia Geral e que o voto dos agentes nas Assembleias seja secreto, assegurado por auditoria externa. Além disso, houve pleito para que a indicação para o cargo de Presidente do Conselho de Administração seja realizada pelo conjunto dos agentes e que haja detalhamento da estimativa de custos para a implementação da proposta, indicando a alocação de valores.

TEO de Itaipu: União impõe embargos de declaração ao processo da Apine

A União apresentou embargos de declaração referentes ao processo da Apine que defende a exclusão da TEO de Itaipu. Nos argumentos apresentados, a União ponderou que a permanência da TEO de Itaipu, sem definição de uma tarifa específica para a hidrelétrica binacional, estaria conferindo tratamento privilegiado às usinas participantes do MRE em detrimento de Itaipu. Isso porque Itaipu, diferentemente das demais usinas do MRE, não teria assegurada a cobertura dos respectivos custos de produção de energia elétrica. O documento lista ainda consequências jurídicas da ação judicial da Apine, entre elas que (i) o acórdão ignorou a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), na medida que não indicou as consequências práticas da invalidade, (ii) que ocasionará consequências jurídicas e administrativas no mercado de curto prazo, com reflexos no patrimônio jurídico e econômico de terceiros, (iii) que o acórdão representará uma indevida perda de receita para a usina, em caráter retroativo, da ordem de pelo menos R\$ 3,7 bilhões (valores atualizados monetariamente ao IPCA de março de 2022); e (iv) que haverá tumulto setorial, pois interferirá na operacionalização dos parâmetros legais para a solução do risco hidrológico. Vale ressaltar que o processo da Apine está em discussão em 2ª instância, na 6ª turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, sem decisão liminar, e sua decisão de mérito pode ter efeitos diretos na formação de preços do setor. O documento está disponível na área restrita da Abraceel, seção [“Documentos Gerais”](#).

Agenda regulatória da Aneel para o biênio 2024-2025 está em discussão pública

A Aneel abriu a Tomada de Subsídios 14/2023 para receber contribuições para a elaboração da agenda regulatória para o biênio 2024-2025. Foram propostos 19 temas estratégicos para discussão pública, dentre eles (i) abertura de mercado; (ii) monitoramento de mercado e regulação de operações econômico-financeiras; (iii) programação da operação e formação de preço; (iv) renovação das concessões de distribuição; e (v) segurança de mercado. Sobre esses temas estratégicos, a Aneel busca colher contribuições relativas a atividades regulatórias e, eventualmente, receber sugestões de temas adicionais. As contribuições podem ser enviadas até o dia 13.09. Após a tomada de subsídios, a Agência vai elaborar proposta de agenda regulatória e vai submetê-la em processo de audiência pública para, posteriormente, deliberar o tema em reunião de diretoria. A Abraceel examina o documento para analisar envio de contribuição. Para mais informações, [acesse](#).

Abraceel discute distorção tributária no ICMS do Amazonas

No dia 21.08, a Abraceel se reuniu com a associada 2W Energia para discutir a tributação de ICMS no Amazonas. Na ocasião, a associada explicou que a dinâmica de tributação naquele Estado é tal que clientes cativos do mercado de energia são isentos de pagar ICMS. Porém, ao migrarem para o mercado livre essa isenção acaba. Assim, isso gera forte estímulo para o consumidor continuar no mercado cativo e atenta contra o princípio de isonomia para todos os consumidores, dado que a legislação tributária não deveria diferenciar contribuintes em razão do ambiente de contratação, prejudicando o desenvolvimento do mercado livre. Após não ter retorno da distribuidora responsável, a 2W decidiu entrar em contato com a Associação. A Abraceel irá avaliar com sua consultoria jurídica o decreto que estabelece a referida isenção e buscará reunião com a Secretária de Fazenda do Estado para entender o caso.

[Planejamento Estratégico] Abraceel divulga programação completa e antecipa inscrição para lista de espera

A Abraceel finalizou a elaboração da programação do seu evento de Planejamento Estratégico, que acontecerá nos dias 26 e 27.10,

no B Hotel, em Brasília. As diferentes sessões contarão com apresentações sobre política energética no Poder Executivo e o cenário político, agenda prioritária do mercado livre, cenário de inovação e tecnologia no mercado liberalizado do Texas, além das costumeiras discussões para definição das bandeiras e metas estratégicas da Associação para 2024. Por conta da limitação de espaço, a Abraceel garante a participação de um representante por empresa até o dia 04.09 por meio do [formulário](#) e as associadas podem inscrever profissionais na lista de espera. Para facilitar na organização e logística dos participantes, a Abraceel decidiu antecipar o preenchimento das vagas remanescentes com os nomes presentes na lista de espera já a partir do dia 05.09. Não fique de fora!



Na Colômbia, Abraceel participa de evento de lançamento da AICE

Ângela Oliveira, Diretora de Relações Institucionais da Abraceel, participou do “9º Encontro Latinoamericano de Energia”, nos dias 23 e 24.08 em Cartagena, na Colômbia, em painel com representantes de associações de comercializadores da Colômbia, Chile, México, Espanha e Portugal, para analisar o atual cenário do mercado livre brasileiro e as oportunidades para os comercializadores quando a liberalização for concluída. Na oportunidade, as associações presentes anunciaram a criação da AICE (Associação Iberoamericana de Comercializadores de Energia), que tem como Presidente Sebastián Novoa (Asociación Chilena de Comercializadores de Energía - ACEN), e como Vice-Presidente Emilio Rousaud (Asociación de Comercializadores Independientes de Energía - ACIE), da Espanha.



Em Limeira, Abraceel discute mercado livre de energia e gás em evento da associada Migratio

No dia 23.08, a Abraceel participou do 2º Encontro Migratio de Energia e Gás em Limeira e Região, organizado pela associada Migratio. Alexandre Lopes, Vice-Presidente de Energia da Abraceel, participou de duas sessões do evento. Os temas discutidos envolveram o gás natural como indutor da reindustrialização do país, os gargalos da infraestrutura do gás, ampliação do mercado livre 2024, perspectiva da economia e inovação e futuro. Além da Abraceel, também estiveram presentes a Abegás, Aspacer, Unica, Abiquim, ANP.



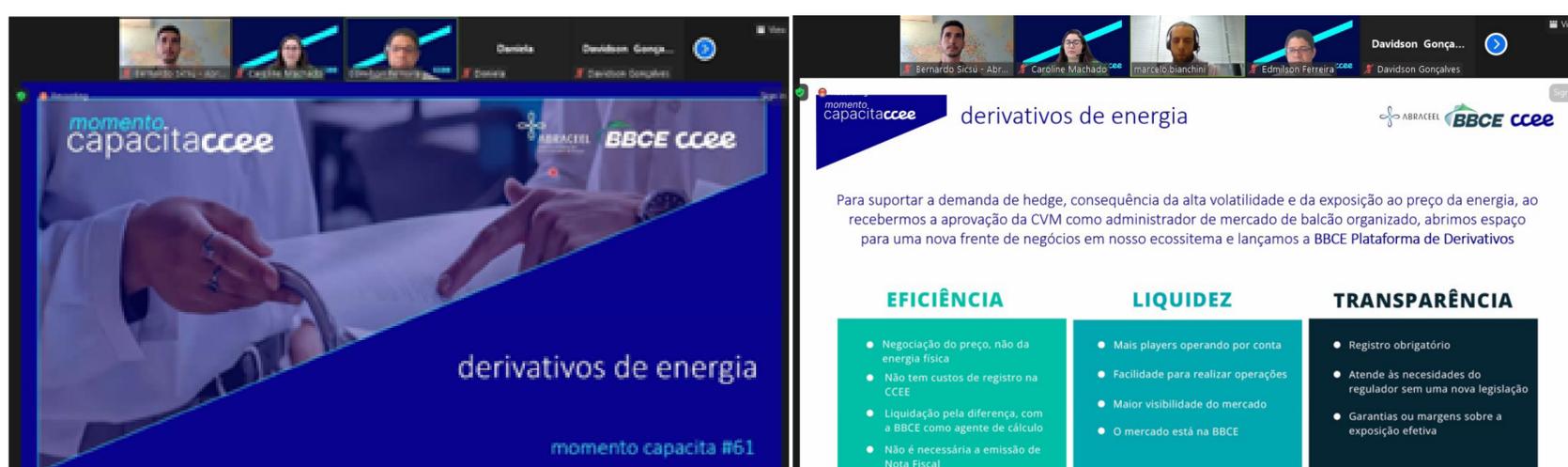
E em São Paulo, Abraceel participa de encontro da associada Simple Energy

No dia 24.08, a associada Simple Energy realizou encontro com seus parceiros em São Paulo para discutir a agenda do mercado livre, o cenário e tendências de preços de energia e as principais variáveis quanto à viabilidade de projetos de autoprodução de energia. Yasmin Martins, Coordenadora de Energia da Abraceel, participou de um painel do evento ao lado de Ricardo Matos, sócio fundador da Simple, Rodrigo Sacchi, Gerente Executivo da CCEE, e Alexandre Maluf, Economista da XP Investimentos.

Em preparação para prova de certificação, Abraceel e BBCE explicam derivativos de energia no Momento Capacita da CCEE

No dia 23.08, Abraceel e BBCE participaram do Momento Capacita da CCEE sobre derivativos de energia, tópico que faz parte da prova de Certificação de Operadores do Mercado. Estiveram presentes mais de 120 participantes. Na ocasião, ao lado de executivos da BBCE, Bernardo Sicsú, Vice-Presidente de Estratégia e Comunicação da Abraceel, explicou a importância dos derivati-

vos de energia. Aspectos referentes aos benefícios esperados nas transações e à transparência foram ressaltados, bem como desafios presentes para o desenvolvimento desse mercado. A sessão foi aproveitada para divulgar novamente os três e-books já desenvolvidos pelas duas instituições sobre o tema, disponíveis no [site](#) da Abraceel, e informar que a quarta edição, com foco em esclarecimentos e casos concretos sobre dúvidas contábeis e tributárias, será lançada no dia 31.08, às 15h. A aula completa pode ser acessada no [Portal da CCEE](#).



De olho na abertura do mercado, MegaWhat e CCEE analisam plataformas tecnológicas



No dia 17.08, a MegaWhat, em parceria com a CCEE, realizou o Webinar “Plataformas tecnológicas para abertura do mercado livre: redução de custo de aquisição”, com a participação de Marco Delgado, Conselheiro da CCEE, Leandro Nóbrega, Head Open Finance Brasil, Luciano Ribeiro, SAP Utilities Advisory, e mediação de Camila Maia, jornalista da MegaWhat. Na ocasião, Leandro Nóbrega explicou como garantir a segurança dos dados e que não basta o consentimento do consumidor sobre o uso dos dados, mas também é necessário que a empresa que os utiliza deixe claro a finalidade desse uso. Na Austrália, por exemplo, explicou o especialista, o *open finance* ocorreu em paralelo ao *open energy*, em função da infraestrutura de dados ser similar para os dois ambientes. Delgado defendeu que a medição/agregador não é um monopólio natural, mas sim um serviço que deve ser remunerado e aberto à competição, além de defender que os dados

pertencem aos consumidores. Por fim, Leandro ressaltou que no *open finance* há uma figura central de agregação de dados, o que pode oferecer paralelo para o setor elétrico brasileiro. Confira o debate no canal da MegaWhat no [Youtube](#).

Cpamp realiza workshop dia 20.09 e interessados podem apresentar seus estudos

A Cpamp promoverá workshop no dia 20.09, às 9h. A equipe técnica da comissão solicita que os agentes que quiserem apresentar estudo referente ao Newave Híbrido ou outros pontos de discussão da Cpamp, enviem apresentação até o dia 18.09 para o email gtmet.cpamp@ccee.org.br.

Agenda do mercado pauta encontro com Paraty Energia

No dia 22.08, a Abraceel se reuniu com a associada Paraty Energia para debater a agenda de mercado da Associação.

CURTAS - GÁS NATURAL

Estatuto do Conselho de Carregadores entra na pauta da ANP

Está na pauta da reunião de diretoria da ANP do dia 31.08 o tratamento da minuta do estatuto do Conselho de Usuários Representantes dos Carregadores de Gás Natural (Conselho de Carregadores), por força da nova Lei do Gás.

CURTAS - CURSOS E EVENTOS

Associadas têm 10% de desconto em evento sobre gás natural

De 28 a 31 de agosto, no Hotel Windsor Flórida, no Rio de Janeiro, acontecerá o Gas & Energy Week, evento para discutir sobre gás natural, biogás, hidrogênio e transição e expansão da geração térmica. O tema central do evento é “Harmonização Regulatória & Investimentos em Tecnologia e Projetos para o futuro da transição energética”. É esperada a presença



do Ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, da diretora de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis da EPE, Heloísa Borges, e representantes de diversas outras empresas. As associadas da Abraceel têm 10% de desconto com o cupom ABRACEEL no ato da inscrição no [site](#) do evento.

Associadas da Abraceel têm 10% de desconto no Brazil Windpower

De 12 a 14.09, no pavilhão da São Paulo Expo, em São Paulo, acontecerá a 14ª edição do Brazil Windpower, maior evento de energia eólica da América Latina. O tema central desta edição será “Política industrial verde e transição energética justa: o protagonismo brasileiro”. O evento será realizado de forma híbrida, em formato de feira e congressos, com organização do Grupo CanalEnergia by Informa Markets, Abeolica e Conselho Global de Energia Eólica (GWEC). As associadas da Abraceel possuem 10% de desconto para ingressos como “congressista”, com o código BWPABRACEEL10, devendo seguir os seguintes passos:

- 1) Acesse o [link](#) de inscrição para o Brazil Windpower 2023.
- 2) Selecione nova inscrição e depois compra individual.
- 3) Selecione uma entre as opções disponíveis para inscrição na modalidade ‘congressista’.
- 4) Em seguida, escolha a forma de participar: presencial ou ao vivo digital online.
- 5) Confira os benefícios da categoria e clique em “confirmar”. Em seguida, insira um endereço de e-mail e inicie o processo de cadastro.
- 6) Após preencher seus dados, você será direcionado para a última etapa, nomeada “Dados Pagamento”. Nela você deverá confirmar a sua categoria de inscrição e inserir o cupom promocional no campo “código de desconto” (não se esqueça de clicar em “aplicar”).
- 7) Verifique se o desconto aplicado aparece no valor final e conclua as próximas etapas do cadastro para finalizar a inscrição.
- 8) Pronto! Você receberá uma confirmação da inscrição no endereço de e-mail



Onshore,
Offshore e
Novas tecnologias

12-14 Setembro/ 23
São Paulo Expo - SP & Plataforma Digital

INSCREVA-SE



Líder do Governo lista prioridades para o segundo semestre. Mercado de carbono está na agenda e senadora Leila Barros (PDT-DF) apresenta substitutivo sobre o tema. Ainda em fase inicial, comissão especial do PL 414/2021 começa a ter integrantes designados. Na próxima semana, MME e ONS são aguardados na Câmara dos Deputados.

Ministro e ONS na Câmara dos Deputados - Na próxima terça-feira, dia 29.08, o Ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, e o Diretor-Geral do ONS, Luiz Carlos Ciocchi, , estarão na Câmara dos Deputados, às 11h, para debater, entre outros temas, a renovação das concessões de distribuição, a nova lei geral de energia no país, o papel das hidrelétricas e termelétricas na segurança do sistema elétrico brasileiro e o recente apagão de energia elétrica no dia 15.08.

Mercado de carbono, hidrogênio e eólica offshore são prioridade - O líder do Governo na Câmara, deputado José Guimarães (PT-CE), elencou as prioridades do governo em coletiva de imprensa. Na pauta de energia, o compromisso é buscar uma nova matriz energética para o Brasil, passando por uma descarbonização do setor de transportes. Para isso, priorização da agenda dos biocombustíveis. Também ganham preferência projetos que tratam do hidrogênio verde, mercado de carbono e eólicas offshore. Destaque para a sinalização do líder de priorizar projetos com urgência constitucional, fazendo uso das medidas provisórias em casos muito particulares. Isso porque o regime de tramitação de medidas provisórias tranca a pauta de votações e foi motivo de atrito entre Câmara dos Deputados e Senado Federal no primeiro semestre.

Sobre o mercado de carbono, a senadora Leila Barros apresentou substitutivo ao PL 412/2022, com base nas contribuições do governo. O projeto faz parte do Plano de Transição Ecológica liderado pelo ministro da Fazenda Fernando Haddad. A matéria ainda precisa ser deliberada nas duas Casas, já tendo sido priorizada pelo presidente da Câmara, Arthur Lira, com sinalização de aprovação até outubro.

Sobre hidrogênio, a Subcomissão de Hidrogênio e Renovação de Concessões designou o deputado Leônidas Cristino (PDT-CE) como relator para o tema de hidrogênio, e o deputado João Carlos Bacelar (PL-BA) para a relatoria de temas relativos à renovação de concessões.

Comissão especial do PL 414/2021 - Ainda aguardando as indicações dos líderes partidários, a comissão que analisará o PL 414/2021 foi tema de discussão em reunião do FASE com o deputado Júlio Lopes (PP-RJ) (*confira matéria nesta edição*), que está cotado para assumir a presidência do colegiado. Em paralelo, o MME trabalha no texto sobre a modernização para enviar à Câmara. Seja via Poder Legislativo ou Executivo, há disposição de parlamentares para avançarem com o tema. Confira os nomes designados para o colegiado até o momento [aqui](#).

Consumidores querem falar sobre PLD – A Abrace foi incluída no rol de convidados da audiência pública que vai discutir o PLD no Senado. O requerimento para inclusão da Associação precisa ser aprovado na reunião da próxima terça, [saiba mais](#).

Importante para o governo, novo arcabouço fiscal é aprovado na Câmara - Dessa forma, o Executivo consegue mandar a Lei Orçamentária Anual 2024. Apesar de ser uma pauta prioritária para o governo federal, o Congresso Nacional deu o tom. Uma emenda do senador Randolfe Rodrigues, líder do governo no Congresso, não foi acatada. Isso mostra que as negociações entre Executivo e Legislativo seguem projeto a projeto, sem consolidar uma base sólida para todas as votações. Nessa difícil relação, ainda está pendente a definição em torno dos ministérios prometidos ao PP e Republicanos, um aceno de Lula ao Centrão que ainda não foi oficializado.

PRÓXIMA SEMANA

28.08 - Segunda-feira: Abraceel participa de reunião com representantes da Abradee para explicar os resultados do FaleAqui!, canal da Associação para colher problemas dos consumidores no processo de migração para o mercado livre, às 17h.

29.08 - Terça-feira: Abraceel realiza sustentação oral em reunião de diretoria da Aneel para destacar a importância e pontos relevantes da consulta pública de aperfeiçoamento da comercialização varejista e do processo de monitoramento do mercado, às 9h;

Abraceel participa de evento da associada Comerc para explicar abertura do mercado de energia em 2024, às 10h;

Abraceel realiza workshop exclusivo com especialistas para debater impactos da proposta de reforma tributária na comercialização de energia, às 16h. As informações de acesso foram enviadas por e-mail.

30.08 - Quarta-feira: Abraceel participa da reunião do Conselho de Infraestrutura (Coinfra) da CNI, às 10h;

Abraceel participa de videoconferência da Módulo Capital para discutir a agenda do mercado, às 10h;

Grupo Técnico realiza reunião para discutir os casos de governança na formação de preços, às 16h.

31.08 - Quinta-feira: Abraceel participa de evento do TCU sobre o vencimento dos contratos de concessão das distribuidoras de energia elétrica, às 14h;

Abraceel e BBCE promovem o lançamento do 4º ebook sobre derivativos de energia, com foco em informações contábeis e tributárias, às 15h.

01.09 - Sexta-feira: Grupo Técnico realiza reunião sobre reforma tributária para discutir a cooperação entre estudos de associados e pontos de atuação da Associação, às 10h.